

Reformulação vai ser completa

O Senado definirá até o final deste ano uma completa reformulação das normas atuais para autorização de endividamento pelos estados e municípios. Na sessão de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), começa a ser debatida uma proposta do senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), vice-líder do governo para assuntos econômicos, de limitar drasticamente as condições pelas quais será permitida a obtenção de empréstimos por parte de governadores e prefeitos. Se o roteiro proposto por Kleinubing prevalecer, será impossível, por exemplo, um governador estadual captar recursos no mercado financeiro para bancar a isenção fiscal concedida para a atração de indústrias.

“Nenhum empréstimo será autorizado se sua finalidade contrariar diretrizes do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)”, afirmou o senador catarinense. O limite de endividamento também será revisto. O principal do empréstimo não poderá ultrapassar o

equivalente a um ano da receita líquida disponível, independente do prazo de resgate ou de carência. A única exceção será para contratos financiados por organismos multilaterais ou agências oficiais, como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o BNDES e a Caixa Econômica Federal. Nestes casos, o limite será o da receita líquida mais 25%.

Outra brecha para captação de recursos que será fechada aos governadores diz respeito às debêntures. Estes papéis lançados por empresas estatais, em muitos casos, têm os seus recursos destinados a novas empresas criadas especificamente para administrá-los e financiar todo tipo de projeto do governo. As debêntures acabam funcionando como título público, embora formalmente não o sejam. “A partir da votação desta resolução que vamos começar a estudar, qualquer emissão de debêntures nestas características terá que ser aprovada pelo Senado”, afirmou Kleinubing.